Agrupamento de Escolas Miguel Torga, Sabrosa

Despacho n.º 1917/2018

Ao abrigo do ponto 11, do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 22 de julho, exonerar do cargo e funções de subdiretora do Agrupamento de Escolas Miguel Torga, Sabrosa a docente Judite Maria Campos Freitas, professora do quadro de agrupamento do grupo de recrutamento 330.

12/02/2018. — O Diretor, *Adelino António Tomé Queirós*.
311129305

Agrupamento de Escolas Poeta António Aleixo, Portimão

Aviso n.º 2536/2018

Luís Manuel da Silva Correia, Diretor do Agrupamento de Escolas Poeta António Aleixo, Portimão, faz saber, em cumprimento do disposto no n.º 6 do artigo 36.º da Portaria 83-A/2009, de 22 de janeiro, na atual redação, que foi homologada em 12/02/2018 a lista unitária de ordenação final de candidatos ao procedimento concursal comum de recrutamento para um posto de trabalho para as funções correspondentes à categoria de Assistente Técnico, a recrutar em regime de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo, publicado no *Diário da República*, 2.ª série Aviso n.º n.º 242, de 19 de dezembro de 2017, através do Aviso n.º 15234/2017.

A lista unitária de ordenação final encontra-se afixada no átrio da escola e disponibilizada na página eletrónica deste serviço (www.aepaa.pt).

14 de fevereiro de 2018. — O Diretor, *Luís Manuel da Silva Correia*.

311133088

Agrupamento de Escolas de Sudeste de Baião

Despacho n.º 1918/2018**Delegação de competências**

Nos termos do ponto 7, artigo 20.º, do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho, deogo na subdiretora e adjuntos do Agrupamento de Escolas do Sudeste de Baião, as competências que a seguir se discriminam:

Na subdiretora, Maria Bibiana dos Santos Cunha Monteiro, deogo as competências para:

- Coordenar o Projeto TEIP;
- Superintender na constituição de turmas e na elaboração de horários dos docentes e das turmas;
- Integrar a equipa de autoavaliação;
- Coordenar a oferta educativa do Agrupamento;
- Operacionalizar os procedimentos inerentes à avaliação externa dos alunos;
- Substituir a Diretora nas suas faltas e impedimentos;
- Convocar e presidir a reuniões que entender necessárias para o bom funcionamento das áreas que coordena/acompanha.

No adjunto, João Garcia Gomes, deogo as competências para:

- Gerir as instalações, espaços e equipamentos;
- Distribuir e monitorizar o serviço do pessoal não docente da escola sede do Agrupamento;
- Gerir as plataformas eletrónicas de aquisição de bens e serviços;
- Integrar o Conselho Administrativo;
- Superintender, acompanhar e articular o desenvolvimento das atividades desportivas e do desporto escolar;
- Exercer o poder disciplinar em relação aos alunos;
- Proceder à avaliação dos Assistentes Operacionais da escola sede do Agrupamento;

Na adjunta, Ana Cristina da Silva Alves Pinto, deogo as competências para:

- Intervir na organização dos horários e serviços do pessoal não docente, do 1.º Ciclo e do Pré-Escolar;
- Planear e acompanhar as atividades de enriquecimento curricular no 1.º Ciclo;
- Intervir no poder disciplinar em relação aos alunos;

Planear e assegurar as atividades no âmbito da Ação Social Escolar; Proceder à seleção e recrutamento dos técnicos para lecionação das AEC's;

Proceder à avaliação do pessoal não docente que exerce funções nos II e EB 1 do Agrupamento.

O presente despacho produz efeitos a 1 de setembro de 2017, ficando ratificados todos os atos praticados, no âmbito das competências acima delegadas.

30 de janeiro de 2018. — A Diretora, *Maria Manuela Moreira Mendes Miranda*.

311124907

EDUCAÇÃO E AUTARQUIAS LOCAIS**Gabinete da Secretária de Estado Adjunta e da Educação e Município de Albergaria-a-Velha****Acordo n.º 5/2018****Acordo de Colaboração para a Realização de Obras de Beneficiação da Escola Secundária de Albergaria-a-Velha**

Em cumprimento do disposto no n.º 2, do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 384/87, de 24 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 157/90, de 17 de maio, e pelo Decreto-Lei n.º 319/2001, de 10 de dezembro, torna-se pública a celebração do acordo de colaboração entre o Ministério da Educação e o Município de Albergaria-a-Velha, para a realização de obras de beneficiação da Escola Secundária de Albergaria-a-Velha.

Acordo de Colaboração para a Realização de Obras de Beneficiação da Escola Secundária de Albergaria-a-Velha

O Estado, através do Ministério da Educação, neste ato representado por S. Exa. a Secretária de Estado Adjunta e da Educação, Alexandra Ludomila Ribeiro Fernandes Leitão, que outorga o presente instrumento no exercício das competências que lhe são delegadas pelo Despacho n.º 1009-A/2016, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 13, de 20 de janeiro; e,

O Município de Albergaria-a-Velha, neste ato representado pelo Presidente da Câmara Municipal, António Augusto Amaral Loureiro e Santos, que Outorga o presente instrumento no exercício das competências que lhe estão delegadas pela Câmara Municipal, na sua reunião de 30 de outubro de 2017, nomeadamente a prevista na alínea r) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013;

celebraram entre si o presente Acordo de Colaboração com base no artigo 17.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 384/87, de 24 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 157/90, de 17 de maio, e pelo Decreto-Lei n.º 319/2001, de 10 de dezembro, que estabelece o Regime de Celebração de Contratos-Programa, e ao abrigo da autorização conferida pelo Despacho n.º 2079/2017, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 51, de 13 de março, nos seguintes termos:

Cláusula 1.ª**Objeto**

Constitui objeto do presente Acordo de Colaboração a realização de obras de beneficiação da Escola Secundária de Albergaria-a-Velha, doravante designada Escola.

Cláusula 2.ª**Obrigações do Ministério da Educação**

Ao Ministério da Educação compete:

- a) Apoiar tecnicamente, através da Direção de Serviços da Região Centro da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares, a solicitação do Município de Albergaria-a-Velha, na definição do programa intervenção;
- b) Dar parecer tempestivo sobre os projetos de arquitetura e de especialidades para as obras de beneficiação da Escola;
- c) Apoiar os órgãos de gestão do Agrupamento de Escolas de Albergaria-a-Velha no desenvolvimento regular das atividades letivas;
- d) Transferir para o Município de Albergaria-a-Velha, no ano económico de 2017, o montante de € 120,000,00 (cento e vinte mil euros);

e) Sem prejuízo do disposto no número anterior, transita para o ano económico subsequente o montante que eventualmente não seja transferido devido a atrasos na execução da empreitada.

Cláusula 3.ª

Obrigações do Município de Albergaria-a-Velha

Ao Município de Albergaria-a-Velha compete:

- Assegurar a elaboração dos projetos de arquitetura e das especialidades para a beneficiação da Escola;
- Obter todos os pareceres legalmente exigíveis;
- Assumir os encargos com a beneficiação da Escola, no momento que exceda o valor previsto na alínea d) da cláusula 2.ª, resultante do valor de adjudicação, de eventuais custos adicionais e de revisão de preços;
- Assegurar a posição de dono de obra, lançando os procedimentos de acordo com os projetos aprovados pelos Serviços do Ministério da Educação, adjudicar as obras nos termos previstos no Código dos Contratos Públicos, bem como garantir a fiscalização e a coordenação da empreitada;
- Garantir o financiamento da empreitada e o pagamento ao adjudicatário, através de dotações orçamentais inscritas, aprovadas e visadas nos termos legais.

Cláusula 4.ª

Despesas com as obras de modernização da Escola

- O Ministério da Educação paga ao Município de Albergaria-a-Velha, por conta da boa execução da empreitada, o montante de € 120,000,00 (cento e vinte mil euros), através da dotação inscrita no Plano de Investimentos da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares do Ministério da Educação;
- Para efeitos do disposto na alínea a), o Município de Albergaria-a-Velha envia ao Ministério da Educação os autos de medição da empreitada, devidamente aprovados, dispondo este do prazo de 30 dias para proceder ao respetivo pagamento até ao limite do montante previsto para cada ano na alínea d) da cláusula 2.ª

Cláusula 5.ª

Acompanhamento, controlo e incumprimento na execução do Acordo

- Com a assinatura deste Acordo é constituída uma comissão de acompanhamento composta por um representante do Ministério da Educação, designada pela Direção de Serviços da Região do Centro da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares, um representante do Município, por este designado, e pelo Diretor do Agrupamento de Escolas de Albergaria-a-Velha;
- À comissão referida no número anterior cabe coordenar a execução da empreitada com o desenvolvimento regular das atividades letivas;
- O presente Acordo pode ser revogado, a todo o tempo, por acordo entre as partes outorgantes;
- Ambas as partes têm os deveres e direitos de consulta e informação recíprocos, bem como de pronúncia sobre o eventual incumprimento do Acordo;
- O incumprimento por qualquer das partes outorgantes das obrigações constantes no presente acordo confere, à parte não faltosa, o direito à resolução do mesmo;
- Sem prejuízo do estipulado nas alíneas anteriores, o incumprimento pelo Município de Albergaria-a-Velha das responsabilidades constantes da Cláusula 3.ª determina a resolução do presente Acordo, não podendo este exigir, seja a que título for, compensação ou indemnização a pagar pelo Ministério da Educação por encargos em que tenha incorrido para a sua execução.

Cláusula 6.ª

Prazo de vigência

O presente contrato produz efeitos a partir da data da sua assinatura e vigora até à receção da empreitada.

O presente Acordo de Colaboração é celebrado em dois exemplares originais, ficando um na posse do Ministério da Educação e outro na posse do Município de Albergaria-a-Velha.

2 de novembro de 2017. — A Secretária de Estado Adjunta e da Educação, *Alexandra Ludomila Ribeiro Fernandes Leitão*. — O Presidente da Câmara Municipal de Albergaria-a-Velha, *António Augusto Amaral Loureiro e Santos*.

311115105

TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL

Instituto Nacional para a Reabilitação, I. P.

Aviso n.º 2537/2018

Celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que se procedeu à celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com efeitos a 15 de novembro de 2017, com Diana Alexandra Pereira Brigo, para ocupação de um posto de trabalho da carreira/categoria de assistente técnica, do mapa de pessoal do Instituto Nacional para a Reabilitação, I.P., no âmbito do n.º 1 do artigo 270.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro de 2016, que aditou à LTFP, aprovada pela Lei n.º 35/2014 de 20 de junho, o artigo 99.º-A, com o posicionamento remuneratório correspondente ao valor da 1.ª posição da carreira e ao nível remuneratório 5 da tabela remuneratória única.

16 de janeiro de 2018. — O Presidente, *Humberto Santos*.

311067713

Instituto da Segurança Social, I. P.

Aviso n.º 2538/2018

Procedimento concursal com vista à constituição de reservas de recrutamento na carreira e categoria de assistente técnico do mapa de pessoal do Instituto da Segurança Social, IP

Referência DRH/AT/1/2018

Nos termos do disposto nos n.ºs 1 e 3 do artigo 30.º e no artigo 33.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, conjugados com o artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, torna-se público que, por despacho do Presidente do Conselho Diretivo do ISS, I. P., de 21 de novembro de 2017, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis, a contar da data da publicação do presente Aviso no *Diário da República*, procedimento concursal com vista à constituição de reservas para a carreira e categoria de assistente técnico, do mapa de pessoal deste Instituto — Centro Distrital de Santarém — na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

1 — Foi executado procedimento prévio de recrutamento de trabalhadores em situação de requalificação/valorização profissional, tendo a entidade gestora do sistema de requalificação/valorização profissional (INA) emitido a necessária declaração.

2 — Para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 4.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 06 de abril, declara-se não estarem constituídas reservas de recrutamento no próprio organismo.

3 — Ao presente procedimento é aplicável a tramitação prevista no artigo 37.º da LTFP, conjugada com as disposições da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril e Código do Procedimento Administrativo (CPA).

4 — O procedimento concursal visa o recrutamento por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, sendo o recrutamento efetuado de entre trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida.

5 — Postos de trabalho sujeitos a contratação:

Na carreira e categoria de assistente técnico, para todas as áreas de atuação do Centro Distrital de Santarém, incluindo os serviços locais que compõem este.

6 — Caracterização do posto de trabalho:

Aos postos de trabalho a ocupar correspondem, em conformidade com o conteúdo funcional descrito no anexo referido na alínea b) do n.º 1 do artigo 88.º da LTFP, na carreira e categoria de assistente técnico, o exercício de funções de natureza executiva, de aplicação de métodos e processos, com base em diretivas bem definidas e instruções gerais, de grau médio de complexidade

7 — Local de trabalho: na sede do Centro Distrital de Santarém, bem como nos serviços locais da sua área geográfica, conforme explicitado no ponto 5 do presente aviso.